

EXPANSÃO URBANA SOBRE ÁREAS AGRÍCOLAS EM MANAUS/AM

Susianne Gomes da Conceição¹;

Sandra do Nascimento Noda²

Resumo

A agricultura próxima às cidades está vulnerável devido às constantes pressões urbanas. A falta de recursos para manter os agricultores tende a agravar a situação. O objetivo desse trabalho foi identificar os processos espaciais urbanos que interferem na agricultura do município de Manaus. O problema partiu da seguinte questão: como a expansão urbana está influenciando a agricultura no município de Manaus? Há hipótese de que a urbanização se expande sobre a agricultura em Manaus porque o poder público não prioriza a manutenção de tais espaços em suas políticas locais. A estratégia metodológica teve a abordagem sistêmica de Edgar Morin como a melhor opção teórica na perspectiva de estudar o tema proposto em sua totalidade. Sobre o método, o estudo de caso representou o mais adequado para apreensão do problema. A unidade da pesquisa foi representada pelas unidades de agricultura familiar localizadas na comunidade Cidade de Deus pertencente ao bairro Cidade Nova, localizado na zona Norte da cidade de Manaus. A pesquisa teve como sujeitos um quantitativo de 10 agricultores residentes nas áreas de produção agrícola dessa comunidade. A localização das unidades está no fundo de vales e sua produção geralmente está voltada ao cultivo de hortaliças. De acordo com os agricultores, a produção hortícola tem como principais finalidades o autoconsumo e a comercialização. A história de constituição da comunidade remete a uma “ocupação espontânea”, cujos agentes foram famílias de baixa renda oriundas, em sua maioria, de áreas rurais dos municípios no interior do estado do Amazonas. Como os espaços de agricultura geralmente estão nas áreas periféricas da cidade e, por isso, destituídos de estrutura para sua realização, acabam sendo vulneráveis à desapropriação, conforme consta na literatura sobre a temática. Até o momento a expansão urbana interfere espacialmente na agricultura por meio da concentração demográfica e da construção de ruas nas proximidades. As áreas onde são produzidas hortaliças são vistas pela sociedade local como espaços disponíveis para moradia. Isso quer dizer que a construção de residências repercute na atividade – só não há maior expansão residencial porque algumas unidades agrícolas estão localizadas em áreas de vulnerabilidade ambiental. Entretanto, a pressão por espaços de moradia e perturbações ecológicas podem limitar a produção especialmente quando as áreas ociosas da periferia estiverem se tornando escassas. A criação de logradouros que atravessam espaços de agricultura constitui outra interferência urbana, pois consiste na possibilidade de desapropriação de terrenos e inviabiliza o cultivo de hortaliças. Por isso a expansão da ocupação humana nas proximidades assim como a construção de ruas pode representar uma diminuição do espaço para a produção de hortaliças em virtude da disputa por terras. Igualmente, não existe uma política que atenda as necessidades do agricultor da cidade, gerando um certo desestímulo para sua continuidade. A participação dos agricultores na constituição de políticas públicas para as cidades torna-se imprescindível, pois somente eles podem apontar as soluções mais adequadas sobre a questão. Além disso, a realização de uma agricultura viável nas cidades só será possível quando se aliar as políticas urbanas e agrárias à prática agrícola.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, na Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: susianne@gmail.com

² Doutora em Ecologia e docente da UFAM. E-mail: snoda@ufam.edu.br

Palavras-chave: urbanização; agricultura familiar; ocupação humana; políticas locais.

URBAN EXPANSION OVER AGRICULTURAL LANDS IN MANAUS/AM

Susianne Gomes da Conceição³;

Sandra do Nascimento Noda⁴

Abstract

Agriculture is vulnerable next to cities due to urban pressures constant. The absence of resources to keep farmers worsens the situation. The objective of this study was to identify the processes that affect urban space in agriculture of Manaus city. The problem had as question: how is urban sprawl affecting agriculture in the Manaus city? There is hypothesis that urbanization expands on agriculture in Manaus because the government does not give priority to maintain these spaces in their local policies. The strategy had the systemic approach from Edgar Morin as the best option in view of studying the topic as a whole. For the method, the case study represents the most appropriate for solving the problem. The research was represented by units from family agriculture located in the Cidade de Deus community belonging to the Cidade Nova neighborhood, located in the northern city from Manaus. The study was 10 farmers living in areas from agricultural production in this community. The location is in the valleys and production is dedicated to the cultivation of vegetables. According farmers, production has as key purpose the consumption and sale. The community's history refers to a "spontaneous occupation", whose agents were coming from low income families, mostly from rural areas of the Amazonas state. According farmers, production has as key purpose the consumption and sale. Like agriculture spaces are usually in the outlying areas of the city and thus devoid of structure for its realization, become vulnerable to dispossession, as stated in the books on the issue. Until now the urban sprawl spatially changes in agriculture through demographic concentration and building from streets nearby. Areas where vegetables are produced by local society are seen as spaces available for housing. This means that the construction of homes affects the activity - only there is no greater residential expansion because some farms are located in areas of environmental vulnerability. However, the pressure for housing spaces and ecological disturbances can limit production especially when idle areas of the periphery are becoming scarce. Building of roads in the areas of agriculture is another urban interference, as is the possibility of expropriation of land and prevents the vegetables cultivation. So the expansion of human settlement nearby as well as building streets may represent a decrease of space for vegetable production because of land dispute. Also, there is no policy that meets the needs of the farmer of the city, creating a disincentive for some continuity. The participation of farmers in the formation of public policy for cities becomes essential, because only they can pinpoint the best solutions on the issue. Furthermore, the achievement of a viable agriculture in the cities will only be possible when combining urban policies and land for agriculture.

Key-words: urbanization; family agriculture; human occupation, local policies.

³ PhD candidate at Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, na Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: susianne@gmail.com

⁴ PhD in Ecology. Faculty member of UFAM. E-mail: snoda@ufam.edu.br

Introdução

A agricultura praticada em áreas próximas às cidades está imbricada de desafios para sua continuidade. As políticas públicas não oferecem as condições necessárias para que o agricultor da cidade caminhe com segurança. Apesar de a agricultura citadina ser vista como uma alternativa para o desenvolvimento local nos países pobres; existem poucas ações governamentais que incentivem esse tipo de agricultura. No Brasil, por exemplo, não se tem conhecimento de políticas visando à prática agrícola nas cidades, muito menos sua expansão.

Considera-se agricultura citadina a atividade realizada em pequenas áreas da cidade ou no seu entorno. Por outro lado, os espaços de produção agrícola nas cidades apresentam-se vulneráveis quando há pressões visando sua ocupação. De modo geral, as políticas agrícolas são para os agricultores das zonas rurais, fato que pressupõe a urgência de políticas públicas aos agricultores que vivem na cidade.

No município de Manaus, capital do estado do Amazonas, os espaços de produção agrícola estão localizados principalmente nas zonas Norte e Leste, que “coincidentalmente” correspondem às zonas de expansão urbana. Desse modo, a análise da produção do espaço nos possibilita responder a seguinte questão: Qual a influência da expansão urbana na agricultura?

O objetivo desse trabalho foi identificar os processos espaciais urbanos que interferem na agricultura do município de Manaus, tomando como estudo de caso as áreas de agricultura presentes na comunidade Cidade de Deus, localizada no bairro Cidade Nova, zona Norte da cidade de Manaus/Amazonas. Partiu-se da hipótese que a urbanização se expande sobre as unidades de produção agrícola em Manaus devido à falta de planejamento pelo poder público para a manutenção de tais espaços na cidade.

Visando o melhor desenvolvimento do tema foi feito um recorte temporal, onde dois fatos foram considerados relevantes: os períodos de (pós) criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) e de criação da Região Metropolitana de Manaus (RMM) - ambos marcantes para os grupos sociais residentes tanto na zona urbana,

periurbana e rural do município. Tais acontecimentos favoreceram (e ainda influenciam) a expansão urbana e, assim, impactam a agricultura da cidade.

A Comunidade Cidade de Deus

A pesquisa adotou como método o estudo de caso, pois se apresentou como o mais adequado para apreensão do problema levantado, já que possibilita o estudo de fenômenos complexos (YIN, 2001:25). O objeto de estudo foram dez unidades agrícolas localizadas na comunidade Cidade de Deus, integrante do bairro Cidade Nova, na zona Norte da cidade de Manaus. Essa comunidade, que dista 9,09km do centro geográfico da cidade, possui importantes espaços de conservação ecológica de Manaus, a saber: a Reserva Florestal Adolpho Ducke, o Jardim Botânico e o Parque Municipal Nascentes do Mindu.

O local de moradia dos habitantes da comunidade apresenta impactos ambientais, geralmente atrelados a erosões no entorno de cursos d'água (igarapés) ou pela construção de casas em áreas de encostas. As vias de acesso à localidade compreendem a existência de ruas cortadas pelos afluentes do "igarapé" do Mindu. Conforme o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, a comunidade Cidade de Deus ocupa a 70ª posição em relação às outras unidades espaciais do município de Manaus e está em situação de altíssima vulnerabilidade (MANAUS, 2006:1).

A história de constituição da comunidade remete a uma ocupação não planejada pelo poder público, cujos agentes foram famílias de baixa renda. Os moradores se apropriaram dos terrenos por meio de um processo de posse instantânea com a construção de residências sem infra-estrutura adequada. Algumas residências estão localizadas em áreas de risco e desprovidas de padrão urbanístico. A precariedade na prestação de serviços agrava a situação de quem reside até hoje na comunidade.

É dentro desse contexto que se situam as unidades de produção agrícolas existentes na comunidade Cidade de Deus. A localização das unidades agrícolas está no fundo de vales e sua produção geralmente direcionada para o cultivo de hortaliças. A produção hortícola tem como principais finalidades o autoconsumo e a

comercialização. As dez unidades agrícolas possuem um tamanho entre 200m² a 1000m², incluindo a residência do agricultor e a área destinada à produção.

Entretanto, a agricultura citadina está carregada de demandas a serem solucionadas mediante a ação estatal em conjunto com a sociedade civil. Um dos principais problemas na localidade diz respeito ao pouco investimento recebido pelo trabalhador. Isso reflete no processo produtivo, na mercadoria e no ganho monetário.

A escolha pela realização da pesquisa nos espaços de agricultura da comunidade Cidade de Deus deveu-se ao fato das peculiaridades nela existentes. Conforme dito, essa comunidade abriga importantes espaços de preservação ecológica para a cidade de Manaus e, ainda possui outras áreas verdes prioritárias para conservação.

O trabalho de campo contemplou a totalidade de áreas de produção agrícolas que estão localizadas na comunidade, ou seja, 10 unidades agrícolas. O principal instrumento de coleta de informações consistiu na aplicação de formulários, além da observação de campo e registro fotográfico. Todos os agricultores residem com suas famílias nas unidades em que trabalham e têm a atividade agrícola como principal meio de obtenção de renda econômica.

Ressalta-se que a abordagem da pesquisa consistiu no paradigma sistêmico de Morin (2002:55), pois se apresentou como a melhor opção na perspectiva de estudar o tema proposto em sua totalidade. A ciência clássica apresenta em sua história um caráter disciplinar, não atentando que a organização dos conhecimentos deve relacionar o fenômeno e seu contexto, envolvendo a reciprocidade todo/partes. A discussão sobre complexidade permanecia marginal e, dessa forma, as articulações entre categorias cognitivas e tipos de conhecimento não eram concebidas.

O espaço das cidades

Com a instalação do Pólo Industrial, a cidade de Manaus experimentou um aceleração na urbanização e adquiriu novas formas de organização até então não existentes. Tais modificações passaram a interferir diretamente na sua configuração espacial. À medida que a expansão urbana atingiu diferentes áreas do município

houve, simultaneamente, o aumento das desigualdades sociais com impactos no espaço citadino.

O espaço abrange a totalidade de uma única natureza, resultado da interação mútua entre a “natureza natural” e a “natureza social”. Conforme a perspectiva dialética marxista, o trabalho sendo mediador da relação homem-natureza age enquanto ferramenta na interdependência entre as duas naturezas. Esse seria o diferencial do entendimento de espaço se comparado a outros conceitos e noções utilizados pelo conhecimento científico, como natureza, meio, ambiente.

O fato de o espaço servir como meio de produção para o capitalismo, o caracteriza enquanto espaço de desigualdade social. Sendo marcado por contradições, no espaço do capital existem os que realizam o trabalho produtivo (classe trabalhadora) e aqueles que detêm os meios de produção (empregadores). Tal circunstância mostra uma dissonância entre produção e apropriação espacial: apesar da produção do espaço ser socializada, sua apropriação é privada. O sujeito que o constrói não se vê enquanto partícipe do processo de produção espacial, sendo-lhe algo externo devido à alienação do trabalho.

O espaço criado via modo de produção capitalista se dá por meio da valorização do capital. Assim, a reprodução espacial é também voltada ao desenvolvimento do capitalismo, permitindo a integração de diferentes processos produtivos para garantir a fluidez do capital – o espaço age como capital fixo. Por outro lado, a produção do espaço também está voltada para reproduzir a vida humana, tendo assim suas funções: propiciar o desenvolvimento da produção capitalista e propiciar o sustento do homem.

No caso do espaço urbano, lócus da (re)produção das desigualdades sociais, sua produção está vinculada ao processo de divisão internacional do trabalho. Corrêa (2005:8) afirma que o espaço urbano capitalista reflete a “complexa estrutura social em classes”. Esse espaço caracteriza-se por ser dividido, hierarquizado, contraditório e complexo – pontos estes fundamentais para a manutenção/expansão do sistema capitalista. Além disso, a cidade pouco oferece para atender aos anseios e necessidades da sociedade, configurando como selva de pedra; atrelado está o fato de atuar como condição material para produção e servir de capital fixo sob o ponto de vista do capitalismo (CARLOS, 1990:19).

Em se tratando de Amazônia, as relações de produção tecidas no espaço são voltadas para expansão do capitalismo que, por sua vez, dá pouca ou nenhuma importância para as especificidades dos grupos sociais e do ambiente no qual estão inseridos. Ao contrário: com a implantação de políticas desenvolvimentistas na região, “a relação homem-natureza teve como determinante a degradação do homem e da natureza” (ALVES, 1999:38). Todos os projetos desenvolvidos nas cidades amazônicas apresentam como objetivo atender a lógica do capital.

A situação não se diferencia em Manaus. As ações realizadas nessa cidade não dão ênfase à integridade ambiental – a produção do seu espaço está marcada por profundas desigualdades que estão cristalizadas no tempo-espaço da cidade. Por exemplo: com a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) na década de 1960 e a implantação do Pólo Industrial (PIM) houve o aumento das desigualdades sociais, refletindo diretamente na problemática ambiental.

A partir da ZFM ocorreu um expressivo êxodo populacional rumo à capital amazonense, propiciando um crescimento rápido e desordenado com ameaças aos espaços verdes até então existentes. A periferia de Manaus passou a ser alvo principal de ocupação frente ao processo de expansão urbana.

Na cidade de Manaus, o incremento de seu crescimento aconteceu quando passou a ser considerada uma zona de livre comércio pelo governo brasileiro, atraindo migrantes. Tal fato revela que o crescimento da cidade esteve condicionado a produção de um espaço que atendesse ao sistema de produção vigente. Ou seja, é uma cidade para o capital e a produção do seu espaço urbano se coloca contrário aos interesses das populações locais (OLIVEIRA, 2003:38). Além disso, a implantação de projetos visando a expansão urbana não prioriza a integridade do ambiente.

Expansão urbana sobre a agricultura

As cidades amazônicas foram fundadas obedecendo a uma lógica de mercado. A concentração populacional não ocorre de modo uniforme, mas apenas em alguns pólos detentores de maior investimento e prestação de serviços. Sua dinâmica atual está voltada para a ampliação dos núcleos urbanos. Esse fato contribuiu para a estagnação das atividades econômicas desenvolvidas no interior e,

por conseguinte, incentivou o deslocamento das populações locais rumo aos grandes centros urbanos; apesar de hoje parecer que houve uma redução nos fluxos migratórios.

Se antes a Amazônia era conhecida internacionalmente como floresta tropical; hoje seu arranjo espacial abriga um tecido urbano complexo. Essa urbanização não foi acompanhada de políticas públicas que atendessem as condições mínimas de vivência da população. O crescimento urbano ocorre desproporcional à implantação de infraestrutura e ao oferecimento de serviços indispensáveis à manutenção da sociedade. Isso se constitui em um problema ambiental para a região (KAMPEL et al, 2001).

Semelhante ao que aconteceu nas outras cidades brasileiras, a urbanização em Manaus não foi acompanhada de um planejamento que resolvesse as demandas da sociedade. Pelo contrário, conforme ressalta Maricato (2001:4) as cidades costumam apresentar desigualdades sociais e econômicas, carência de infraestrutura e de equipamentos urbanos, além de problemas de ordem ecológica.

Analisando o crescimento populacional em Manaus, Scherer e Mendes Filho (2004:2) chegam a constatação de que nos últimos trinta anos, a cidade teve um crescimento em torno de 500% - sendo a que mais cresceu se comparado às treze cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes. Conforme esses autores, a cidade de Manaus é transformada pela nova racionalidade capitalista onde o cotidiano da população local fica afetado pela modernidade advinda da industrialização. Apesar de Manaus possuir o quarto maior PIB municipal do Brasil decorrente do seu polo industrial, a cidade apresenta elevados índices de desigualdades socioeconômicas quando observados os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) dos bairros de Manaus no Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal (AMAZONAS, 2006:1).

Essa situação afeta os espaços onde se pratica agricultura em Manaus. A terra é vista como instrumento de especulação e acumulação. Então, o que podemos falar sobre a agricultura desenvolvida na cidade? Trata-se de um assunto pertinente a ser debatido, pois a realização desta prática serve como alternativa de renda para muitas famílias residentes nas cidades, inclusive em Manaus.

Segundo Carmo (2006:27), a principal diferença entre agricultura urbana e rural se restringe ao ambiente na qual ocorre. No caso da agricultura urbana, sua realização se dá em qualquer ambiente urbano ou periurbano, podendo ser praticada diretamente no solo e em canteiros suspensos, além de outros ambientes. A agricultura urbana vem sendo incorporada como parte das estratégias de sobrevivência em muitas cidades devido ao aumento do desemprego e do número de pessoas vivendo na faixa de pobreza. A discussão sobre o futuro da agricultura na cidade nos leva a dois caminhos: de um lado, há os que defendem a substituição da atividade pelo avanço dos projetos de expansão urbana; de outro, a hipótese de uma interação entre usos do solo agrícola e usos urbanos.

No caso em estudo, os agricultores possuem um sentimento topofílico em relação ao lugar onde vivem, e que também consiste no ambiente de trabalho. Esse fato foi relevante de ser observado para verificar a possibilidade da desintegração da agricultura frente às perturbações decorrentes da expansão urbana. Constatou-se que a motivação desses agricultores realizarem a produção de hortaliças não se restringe ao fato de servir como fonte de renda, mas também pelo “gosto” a prática agrícola já realizada há bastante tempo.

Por outro lado, fica difícil trabalhar quando faltam recursos. Não existe uma política que supra as necessidades peculiares à atividade do agricultor da cidade, gerando um certo desestímulo para sua continuidade. Aliado está o fato da agricultura se configurar como uma atividade que requer muito esforço físico, principalmente quando grande parte do processo produtivo é feito manualmente e sem o mínimo de aparato tecnológico.

Saber os fatores que incentivam ou não a prática agrícola na cidade foi relevante para compreensão da realidade. Quando a agricultura não representa qualquer tipo de benefício para o trabalhador, as chances dele deixar a atividade podem se tornar maiores. A situação fica mais complicada à medida em que surgem pressões dificultando sua livre prática.

É comum observar nas cidades, a pressão para apropriação do solo. A preocupação com o acesso a terra não ocorre somente nas áreas consideradas “nobres” da cidade. A expansão do capital requer a utilização de diferentes espaços conforme o tipo de trabalho a ser feito. Portanto, terras localizadas à maior distância

do centro da cidade tornam-se motivos para conflitos de interesses sociais. Como os espaços de agricultura geralmente estão nas áreas periféricas da cidade e destituídos de suporte para sua realização, acabam sendo vulneráveis a sofrerem desapropriação.

Na comunidade Cidade de Deus a ocupação do solo é voltada para expansão demográfica, criação e alongamento de vias terrestres e construção de espaços públicos para atender as necessidades básicas da população, entre os principais tipos de uso visualizados. Assim, a produção do espaço na área de estudo dá preferência à expansão urbana em Manaus. Até o momento as unidades de produção agrícola estão sendo inseridas na expansão urbana basicamente por meio da concentração demográfica e da criação de ruas nas proximidades.

As áreas onde são produzidas hortaliças são vistas por parcela da população como espaços disponíveis para moradia. Aproximadamente 30% dos agricultores afirmou que a construção de residências estaria se tornando uma situação constante – só não há maior expansão residencial porque parte das unidades de produção estão localizadas em áreas de vulnerabilidade ambiental. A pressão para obter o espaço de moradia poderia vir a limitar o tamanho de tais unidades quando as áreas ociosas da periferia estiverem se tornando escassas. Além de influenciar no trabalho produtivo, a concentração populacional poderia interferir no cotidiano dos agricultores na medida em que o estilo de vida estivesse recebendo elementos típicos ao urbano.

A notícia de que será construída uma rua em área que atravessa determinadas unidades de produção agrícola, divide a opinião entre os entrevistados. Cerca de 40% acredita que a criação de uma rua beneficiaria os moradores, incluindo os trabalhadores agrícolas, pois facilitaria o escoamento da produção de hortaliças. O acesso às unidades de produção agrícola é feito geralmente por trilhas abertas pelos próprios moradores. Dessa forma, a construção de vias de circulação perpassando as áreas de agricultura poderia facilitar o transporte das hortaliças até o mercado consumidor, assim como realizar o processo inverso – levar o comprador até as unidades agrícolas. Entretanto, há agricultores que pensam na possibilidade de desapropriação dos terrenos, pois ficaria inviável cultivar hortaliças com uma rua cortando os canteiros.

A agricultura da cidade de Manaus, especificamente da comunidade Cidade de Deus, caracteriza-se por seu cunho familiar. Entretanto, todas as unidades de produção direcionam boa parte das hortaliças à comercialização. O processo produtivo visa abastecer o mercado de consumidores da cidade, mas é feito a base de um estilo de vida com alguns traços do rural. Outrossim, a estrutura residencial do agricultor na comunidade revela-se precária em termos de padrões estéticos urbanos, lembrando as moradias localizadas em regiões do interior amazônico. A residência do agricultor está situada dentro do terreno onde acontece o cultivo.

O futuro da agricultura familiar no contexto urbano pode acontecer de três formas: ou ela chega ao desaparecimento pela substituição por outros tipos de atividades peculiares à vida urbana; ou então, pode passar por uma transformação que a deixe plenamente voltada para a lógica capitalista e, por conseguinte, para a adesão ao processo urbano vigente. Nesse último caso, a agricultura da cidade teria relação direta com o setor industrial no objetivo de tornar-se altamente competitiva – situação praticamente inviável diante das circunstâncias que envolvem a realização da agricultura na cidade. Outra alternativa seria a de resistência frente aos acontecimentos típicos da urbanização, por meio da adoção de práticas de fortalecimento da categoria na cidade sem descaracterizar a organização familiar.

Dentro desse contexto foi essencial perguntar aos agricultores se a urbanização estaria interferindo na continuidade do trabalho. Segundo 60% dos entrevistados há interferência da expansão urbana na agricultura. Porém, ressalte-se que tal interferência pode não ser apenas de caráter negativo, tendo a possibilidade de representar um aspecto positivo na continuidade da categoria, de acordo com a concepção de 40% dos entrevistados.

Quais seriam os tipos de interferências na agricultura decorrentes da expansão urbana? Contestando a hipótese lançada, ficou claro que 40% dos agricultores veem a expansão urbana como sendo um ponto benéfico, pois “quanto maior a população, maior a renda”. Isso possibilitou compreender que os entrevistados concebem a expansão urbana como sendo um processo de concentração populacional.

A outra interferência apontada foi de que a urbanização diminui a área do produtor agrícola (30%). A pressão em adquirir terrenos para variados fins perpassa as unidades de produção agrícola na comunidade Cidade de Deus. Haveria, então, diminuição da área do agricultor e, por conseguinte, provocaria limitações na atividade agrícola. Esse fato se agrava com a pouca atenção dada ao agricultor da cidade pelo poder público. Como não existem ações que incentivem a continuidade da produção de hortaliças na cidade, muito menos sua expansão, o agricultor está desprovido de meios para prosseguir na categoria diante da urbanização.

Outra maneira de confirmar a presença de influência negativa da urbanização na agricultura consistiu em verificar possíveis modificações na renda econômica. Se a expansão urbana estivesse limitando a prática agrícola na comunidade, certamente a renda advinda da comercialização de hortaliças seria reduzida devido a fatores como menor área do terreno para plantio, menor produtividade, escassez de mão de obra, etc. Segundo 90% entrevistados, não ocorreu diminuição da renda nos últimos anos. Pelo contrário: houve até aumento e ganhos, quando não permaneceu o mesmo quantitativo de renda econômica.

Entretanto, uma queixa geral entre os agricultores diz respeito ao pouco incentivo do Estado para a prática agrícola na cidade de Manaus. Isso constitui-se na principal dificuldade pertinente a atividade sendo apontada por todos os entrevistados. A situação se agrava com a precariedade de infraestrutura: apesar de ser fonte de energia para o funcionamento de alguns instrumentos agrícolas, a luz elétrica apresenta oscilações no fornecimento; a situação é mais grave em se tratando de água encanada, visto que não há o oferecimento do serviço pela concessionária de abastecimento. A obtenção de água se dá por meio de poços e captação direta dos cursos d'água presente nas localidades.

Carência de equipamentos, mão-de-obra e recurso financeiro também foram dificuldades citadas, posto que a posse de instrumentos agrícolas auxilia na fluidez do processo produtivo e a mão-de-obra representa o capital humano essencial para a existência de qualquer trabalho. Já a disponibilidade de capital, além de influenciar a continuidade da agricultura, possibilita a sobrevivência do trabalhador na cidade.

Cerca de 70% dos agricultores pensa em continuar na atividade agrícola, porém 20% deles gostariam de realizá-la em outra localidade, especificamente, no

interior do Estado porque sua realização seria melhor nas áreas rurais. A opinião de 80% dos agricultores é que somente as áreas rurais recebem atenção do poder público e, assim, têm condições suficientes para a prática agrícola.

À agricultura na cidade poderiam ser disponibilizados instrumentos facilitadores. A regularização fundiária é um exemplo de ação necessária na agricultura da comunidade Cidade de Deus. Como os agricultores não têm o título definitivo das terras fica difícil recorrer a investimentos estatais e privados. Ademais nenhuma unidade agrícola possui cadastro nas instituições competentes.

As famílias que pretendem mudar de atividade econômica são incentivadas por dois motivos: esforço físico e doenças. Devido à agricultura requerer muito esforço físico, os trabalhadores sofrem de um desgaste significativo. A situação fica mais complicada quando a família não detém o mínimo de equipamentos necessários à execução de tarefas. A incidência de doenças no trabalhador está relacionada principalmente ao uso de insumos químicos no cultivo das hortaliças. O emprego de produtos sem manuseio adequado pode causar diferentes problemas de saúde.

É necessário compreender que a agricultura desenvolvida na cidade apresenta uma série de demandas, as quais dependendo da intensidade podem impossibilitar a continuidade da produção de hortaliças na Cidade de Deus. Além disso, a participação dos agricultores na constituição de políticas locais torna-se imprescindível, pois ninguém melhor do que eles para prever as soluções mais adequadas de se empregar no ambiente citadino.

De acordo com o histórico de formação do Estado brasileiro, as políticas em geral incentivaram a integração do território nacional além de estarem direcionadas à expansão do capital, conforme já visto. Em se tratando de políticas para a atividade agrícola, um bom exemplo de análise diz respeito à Política Agrícola, disposta na Lei N.8.171, de 17 de janeiro de 1991. Tal política tem como um de seus pressupostos que a atividade agrícola proporcione aos trabalhadores uma rentabilidade compatível com a de outros setores da economia, assim como garantir-lhes o acesso aos serviços essenciais.

Segundo a Lei que institui essa Política, a atividade agrícola compreende “a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e

derivados, serviços agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais” (BRASIL, 1991:1). Entre alguns objetivos da Política Agrícola destacam-se: a eliminação das distorções no desempenho das funções econômicas e sociais da agricultura; a proteção ao meio ambiente, a garantia de seu uso racional e a recuperação dos recursos naturais; participação de todos os segmentos do setor rural na definição dos rumos da agricultura brasileira; e prestação de apoio institucional ao produtor rural, com prioridade ao pequeno produtor e sua família. Em resumo, a preocupação com os fatores sociais, ambientais, políticos e econômicos estão na pauta de discussão.

Segundo Nunes (2007:72), a partir da década de 1960, a trajetória das políticas agrícolas brasileiras foi marcada por quatro fases, a saber: modernização conservadora da agricultura (1965-1985); desmonte das políticas agrícolas e liberalização dos mercados (1985-1995); retomada da política de crédito, assim como desenvolvimento de mecanismos privados de escoamento e estoques de produção (1995-2002); fortalecimento da política de crédito e emprego de mecanismos direcionados à agricultura familiar (2003-atual). Apesar das políticas agrícolas apresentarem-se mais abrangentes ao longo da história, o autor ressalta que continuou havendo uma expansão do poder econômico das grandes empresas inseridas no mercado mundial.

Não se pode esquecer ainda que quando o assunto é agricultura familiar torna-se necessário tratar também da dinâmica da família. Para tanto é importante ter em mente que família condiz a uma forma de agregação que tem dinâmica própria e é impactada pelos aspectos socioeconômicos e pela ação estatal através das políticas públicas (KALOUSTIAN, 2005:60). Nesse sentido, as famílias carecem da implantação de políticas e programas próprios que dêem conta das diferentes especificidades que permeiam a vida familiar.

Visando atender as particularidades da agricultura familiar, foi criado pelo governo federal o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995. O PRONAF tem como proposta atender ao pequeno produtor rural, por meio de apoio financeiro a prática de suas atividades econômicas. Entretanto, a realidade mostra que ainda há muito a ser feito para que o agricultor e sua família se sintam, de fato, amparados pelas políticas públicas. Discute-se se essa categoria não estaria passando por uma descaracterização diante da inserção da lógica capitalista

nos processos constituintes da agricultura familiar. Essa situação poderia estar se agravando com a ausência/deficiência da implantação de políticas públicas.

A realização da atividade agrícola focada apenas na alta produtividade em curto prazo, não levando em conta os processos ecológicos e sociais envolvidos, precisa receber um novo dimensionamento o qual alie produtividade à sustentabilidade na agricultura. Isso significa dizer que a “agricultura enquanto totalidade deve interatuar os diversos níveis de interdependências com as populações humanas” (VIOLA, 2002:102).

Halweil (2002:59) adverte que as políticas agrícolas desestimulam a adoção de métodos mais limpos de produção de alimentos, pois o apoio governamental incentiva a criação de sistemas menos diversificados inibindo práticas conservadoras de recursos ao torná-las menos lucrativas. Entretanto, agricultura e biodiversidade estão intimamente ligadas: quase metade das áreas de biodiversidade protegidas está em regiões onde a agricultura é o principal uso do solo. A introdução de espaços de vida silvestre nas áreas agrícolas pode incrementar a produção. A reintrodução de árvores e outras culturas perenes pode reduzir a erosão, fixar carbono, reter água e proteger a agricultura contra os extremos ecológicos que acompanham a instabilidade climática.

Apesar de existirem ações voltadas para a questão agrícola tanto nas esferas federal, estadual e municipal, ficam visíveis as demandas ainda não superadas pelo poder público devido a uma série de fatores. Se de um lado, há legislações, projetos e programas que preveem o atendimento de diferentes carências relacionadas à manutenção e expansão da agricultura; de outro, é perceptível a necessidade do efetivo cumprimento de tais instrumentos na sociedade, independente da esfera em questão. Há uma incongruência entre o que está previsto nas políticas e a prática visualizada no cotidiano dos agricultores.

Atrelado a isto está o teor das políticas que nem sempre levam em questão os anseios da categoria em geral, mas apenas da parcela detentora de capital. Isso pressupõe a criação aliada à implantação de novas políticas que façam a inclusão de todos os sujeitos envolvidos na questão agrária, bem como da sociedade consumidora da produção gerada.

E quanto às políticas para a agricultura na cidade? É importante estabelecer políticas públicas que priorizem este tipo de atividade econômica realizada em várias cidades no mundo. A agricultura urbana, entendida aqui como similar a agricultura na cidade, contribui para a segurança alimentar da população e pode agir na amenização da exclusão social. De que forma? Na segurança alimentar a agricultura urbana facilita o acesso aos alimentos básicos das famílias sem recursos para comprá-los no mercado, além de fornecer alimentos mais saudáveis e uma diversificação alimentar. Em relação ao combate à exclusão social a agricultura urbana possibilita o complemento da renda para as famílias que se dedicam aos cultivos urbanos. Ademais, esse tipo de agricultura atua em outras dimensões, tais como a cultural, a educativa, a qualidade alimentar, aos usos de plantas.

Aliada as práticas de cultivo, a agricultura urbana pode contar com a criação de animais domésticos. Para isso é necessário o emprego de recursos humanos e materiais disponíveis na cidade, ao mesmo tempo em que devolve para esta outros recursos e materiais. Esse tipo de agricultura apresenta como vantagem sua fácil implantação - que pode ser de iniciativa individual ou de associações – visto necessitar de pouco capital e menos atividades se comparado com outras atividades econômicas. O fato da prática da agricultura urbana ser possível em pequenas áreas da cidade ou no seu entorno constitui-se em um dos aspectos que a diferem da agricultura nas zonas rurais.

Diante desse contexto, é necessário inserir a agricultura urbana como pauta de discussão pelo poder estatal visto que sua prática causa impactos nos diferentes aspectos da vida em sociedade e no ambiente que a circunda. As políticas públicas relacionadas à agricultura na cidade poderiam ampliar sua realização tendo em vista os efeitos benéficos por ela trazidos; além de articulá-la a outras atividades da cadeia produtiva e, principalmente oferecer financiamento para a continuidade e até expansão dessa prática pelas famílias.

Por outro lado, ainda não se tem conhecimento da existência de políticas direcionadas especificamente à agricultura nas cidades brasileiras. Até onde se sabe as políticas agrícolas, independente da esfera político-administrativa, quando tratam da questão priorizam a agricultura tradicional sendo praticada no campo. As

legislações e projetos pertinentes que fazem menção à atividade agrícola no urbano são insuficientes, não fornecendo instrumentos que incentivem a prática na cidade.

Tal situação pôde ser confirmada na pesquisa feita na comunidade Cidade de Deus. De acordo com os resultados, os agricultores da cidade acreditam na prioridade à agricultura realizada na zona rural. Entretanto, a contribuição do poder público é decisiva para a categoria do ambiente citadino. O item de maior destaque mencionado diz respeito à falta de financiamento pelas esferas pública e privada aos trabalhadores agrícolas. Segundo os entrevistados o poder público poderia contribuir na agricultura com financiamento e apoio técnico. Ademais, a carência de infraestrutura básica agrava a questão quando impossibilita o pleno desenvolvimento da atividade na cidade.

Nas unidades de produção agrícola em estudo, a ausência de financiamento para a categoria, além da precariedade de recursos relacionados à produção de hortaliças e à sobrevivência do agricultor e sua família, contribui para que 30% dos trabalhadores pensem em mudar de ramo de atividade. Entre aqueles que disseram continuar na prática agrícola, foi registrado por 20% dos agricultores a vontade de dar continuidade à agricultura em outro ambiente, no caso em zonas distantes à cidade de Manaus e até em outros municípios.

Considerações Finais

A cidade de Manaus não oferece suporte para as atividades primárias, especialmente aquelas de organização familiar. É predominante a valorização das atividades típicas do urbano, destacando-se o setor industrial. Essa atitude afeta a continuidade da agricultura na cidade devido à precariedade de recursos no processo produtivo. No caso dos moradores da comunidade Cidade de Deus há carência até mesmo de serviços essenciais para a sobrevivência humana. Atrelado está o fato de não existirem políticas para o agricultor da cidade. O que acontece são ações isoladas do Estado de pouco impacto.

O agricultor da comunidade Cidade de Deus tem consciência de tal situação e sente o descaso com a categoria. Isso tende a provocar desestímulo para a continuidade da agricultura em Manaus a partir da limitação das ações do agricultor. Pelo fato da cidade ser o lócus do capital, sua dinâmica não está direcionada ao

atendimento das necessidades do agricultor familiar. O Estado que teria o papel de provedor da sociedade está aliado ao capitalismo e, por isso, incentiva apenas as ações que beneficiam o sistema de produção vigente. Nessa perspectiva a realidade do agricultor pertencente ao ambiente citadino não é prioridade de pauta estatal.

Tendo em vista que a urbanização agrega processos viabilizadores da manutenção/expansão do capitalismo, o objetivo dessa pesquisa foi justamente verificar como essa premissa se aplica no nível local, tomando como estudo de caso os agricultores da comunidade Cidade de Deus. Se a urbanização significa predomínio do capital, como fica a situação da agricultura familiar na cidade?

A resposta desse questionamento pode ser composta de três possíveis alternativas: redução ou desaparecimento dos espaços de produção agrícola, que foi a hipótese escolhida; outra alternativa seria a inserção total ao capitalismo, deixando de ser uma agricultura familiar para ser altamente competitiva; por último, haveria uma postura de resistência frente aos acontecimentos típicos da urbanização, via adoção de práticas de fortalecimento da agricultura familiar na cidade.

A idéia de que as áreas agrícolas seriam vulneráveis à expansão urbana impulsionaria a desapropriação dos agricultores via especulação imobiliária, criação de projetos urbanísticos, bem como através de impactos decorrentes de disfunções ecológicas. No caso estudado a constante ocupação humana nas proximidades das áreas agrícolas assim como a construção de ruas pode representar uma diminuição do espaço para a produção de hortaliças em virtude da disputa por terras. Entretanto, os agricultores não veem a expansão urbana como fator negativo. O entendimento de que a expansão urbana representa crescimento populacional significa para o produtor maior demanda por hortaliças. Conforme anunciado pelos entrevistados: “mais população, maior demanda”. Esse fato mostraria um aspecto positivo da urbanização segundo a visão dos agricultores.

Um dos principais desafios da agricultura urbana trata-se de sua prática sem o apoio do poder público. O Estado não incentiva a continuidade desse tipo de agricultura sendo essencial sua atuação por meio de: garantia de recursos via orçamento municipal; promoção da inclusão social das classes mais pobres; e

complementação dos programas financeiros com atividades de fortalecimento à produção agrícola urbana, entre outros.

Quando o agricultor não possui o título do terreno onde realiza a atividade, a situação fica mais grave, pois sem esse documento fica difícil conseguir financiamento de agências bancárias prejudicando a manutenção/expansão da agricultura na cidade. Assim, a falta de acesso a programas de crédito e investimentos limita o agricultor de adquirir melhores equipamentos de trabalho e até de aderir a tecnologias mais sustentáveis. Caso tais demandas fossem solucionadas poderia haver aumento da produção e, por conseguinte, da renda obtida através da atividade agrícola. A sociedade em geral ganharia com o incentivo à agricultura urbana na medida em que os produtos resultantes de sua prática propiciassem o acesso crescente pela população consumidora.

Referências

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas. *Relatório de Atividades 2005*. Manaus: 2006.

ALVES, C. (org). *Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças*. Boa Vista: UFRR, 1999.

BRASIL. Lei N.8.171, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a Política Agrícola e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 1946*, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. In: www.pronaf.gov.br. Acesso em: 15/07/2009.

CARLOS, A. F. A. *Espaço e indústria*. – 3.ed. – São Paulo: Contexto, 1990.

CARMO, L.F.Z. *Agricultura urbana na cidade de Rio Branco, Acre: caracterização, espacialização e subsídios ao planejamento urbano*. Viçosa: Programa de Pós-Graduação em Solos e Nutrição de Plantas, 2006. (Dissertação de mestrado)

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. 4.ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

HALWEIL, B. Agricultura de interesse público. In: FLAVIN, C. *et al.* *O estado do mundo 2002*. Tradução de Henry J. Malletti. Salvador: Uma, 2002. p.59-86

KALOUSTIAN, S. M. (org.). *Família brasileira, a base de tudo*. 7.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2005.

KAMPEL, S.A. et al. *Análise espacial do processo de urbanização da Amazônia*. Programa de Ciência e Tecnologia para Gestão de Ecossistemas Ação “Métodos, modelos e geoinformação para a gestão ambiental”. Relatório Técnico, 2000.

MANAUS. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas/Prefeitura de Manaus/Fundação João Pinheiro. *Desenvolvimento Humano em Manaus. Atlas Municipal*. V. 1, 2006.

MARICATO, E. *Brasil, cidades alternativas para a crise urbana*. - Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MORIN, E. *Ciência com Consciência*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

NUNES, B. F. *À guisa de apresentação: a permanente atualidade da sociologia urbana*. In: Revista Sociedade e Estado, Brasília: SOL/UnB, Vol. 13, nº 1, 2007.57-72.

OLIVEIRA, J.A. *Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

SCHERER, E.; MENDES FILHO, I. *Injustiça ambiental em Manaus*. In: II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação, 2004, Indaiatuba.

VIOLA, E. J. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. 4.ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução de Daniel Grassi. – 2.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.